

CVM sofrerá revisão

Rio— O governo está sugerindo à Comissão de notáveis indicada para propor mudanças no mercado de capitais que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seja financiada pelo próprio mercado, perdendo sua vinculação financeira com o orçamento da União. No entanto, não tem intenções de modificar o atual sistema de escolha do presidente da CVM, sempre indicado pelo ministro da Fazenda.

Estas informações foram dadas ontem pelo próprio ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, que veio ao Rio, participar da solenidade de instalação da Comissão, que ontem mesmo decidiu fazer a primeira reunião, na sede do Ministério. Dos 11 notáveis escolhidos pelo presidente Sarney, sete estiveram presentes: os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Velloso, o ex-presidente da CVM, Luís Octávio da Motta Veiga, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, o jurista José Luís Bulhões Pedreira, o ex-diretor do Banco Central (BC) para a área de mercado de capitais, Sérgio Augusto Ribeiro, e o presidente da Comissão Nacional das Bolsas de Valores (CNBV), Antônio de Lapire. Faltaram o ex-

presidente do BC, Affonso Celso Pastore, o banqueiro Roberto Bornhausen, o presidente da Abrasca, Roberto Faldini — retidos pelo tempo em São Paulo — e o ex-presidente da CVM, Roberto Teixeira da Costa, em viagem à Europa. O atual presidente da CVM, Martin Wimmer, também participou da reunião.

Mailson da Nóbrega disse que a sugestão do Governo de que a CVM seja financiada pelo mercado parte da “experiência de outros países” e também da experiência da Superintendência de Seguros Privados (Susep), que se mantém com contribuições do mercado segurador. Uma vez independente dos recursos do Governo, explicou o ministro, a CVM teria maior liberdade de remuneração de profissionais e condições de aperfeiçoamento do seu sistema de informática para melhor exercer suas atividades de controle e fiscalização. A entidade que nos Estados Unidos exerce o mesmo papel da CVM é financiada por um processo próprio de tributação do mercado daquele país.

A Comissão tem um prazo de 30 dias para apresentar sugestões e reforma no mercado de capitais que evitem a repetição do chamado caso Nahas.